

Parecer nº 141/99

Data: 1999.09.09

Processo nº 702

Requerente: José Luís de Almeida e Silva, director da “Gazeta das Caldas”.

Requerido: Câmara Municipal de Óbidos

1. Resumo dos factos alegados

José Luís de Almeida e Silva, director da “Gazeta das Caldas”, apresentou, perante esta Comissão, queixa contra a Câmara Municipal de Óbidos, alegando que, na tarde do dia 31 de Agosto p.p., o jornalista José Parreira se vira impedido de, na Secção de Obras da referida Câmara Municipal, consultar o processo de licenciamento nº 385/98.

As explicações fornecidas como justificação para tal comportamento teriam sido duas: a de que a consulta de processos só poderia ser feita por “pessoas interessadas” e a de que a recusa decorreria de “ordens expressas do Senhor Presidente da Câmara”.

Indica o director do mencionado jornal duas testemunhas – fazendo-o na ausência de troca de correspondência entre aquelas entidades “dado que o objectivo era a consulta do processo no local”.

Determinante da pretensão apresentada foi, como se afirma na carta endereçada a esta Comissão, o carácter controverso da obra, “na cerca do castelo de Óbidos”, o que “originou alguns protestos de moradores”.

Informa ainda que, na semana anterior – de 23 a 27 de Agosto último, portanto -, o mesmo jornalista vira “recusada a consulta do referido processo pela secretária do

Presidente da Câmara”, que teria explicado que as autorizações para o efeito apenas eram dadas a advogados ou a pessoas que fizessem parte do processo (cf. a aludida carta).

2. Análise jurídica da situação concreta

2.1. Diga-se, como ponto prévio, que:

- a) Considerando, por um lado, que, ao abrigo do artigo 15º, nº 1, do Estatuto do Jornalista (EJ), aprovado pela Lei nº 1/99, de 13 de Janeiro, o director de uma publicação como a supra-mencionada – ainda que não preenchendo os requisitos fixados no artigo 1º dessa Lei – é equiparado a jornalista; e que,
- b) Por outro lado, de harmonia com o nº 5 do artigo 8º desse Estatuto, “as reclamações apresentadas por jornalistas à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos contra decisões administrativas que recusem acesso a documentos públicos ao abrigo da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, gozam de regime de urgência”;

haverá que, rapidamente, emitir parecer.

Refira-se, no entanto, que não especifica a lei em que se traduz e como se efectiva esse regime de urgência, mas que, na ausência de uma orientação ou de uma disciplina a seguir por determinação de acto normativo, poder-se-á adoptar – e porque tal não colidirá nem com direitos nem com legítimos interesses nem com expectativas jurídicas de outrem – o entendimento de que caberá, por parte desta Comissão, uma resposta fundamentada e transmitida em curto lapso de tempo.

2.2. Segundo o artigo 13º da lei que regula o acesso aos documentos da Administração (LADA) - Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de

Julho -, “o acesso aos documentos deve ser solicitado por escrito”, através de requerimento elaborado de acordo com o que aí se prescreve; e isto, mesmo na hipótese – como a do caso em apreço –, de o acesso se fazer através de mera consulta efectuada nos próprios serviços (cf. artigo 12º, nº 1, alínea a), da LADA).

Ora o(s) pedido(s) formulado(s) não o foi/foram por escrito, como já se viu.

2.3. *Todos têm direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo* (artigo 7º, nº 1, da LADA). Não interessará contemplar aqui, por, presumivelmente, não se aplicarem ao caso, as restrições à divulgação de documentos nominativos, susceptíveis de comunicação a terceiros apenas quando estes demonstrem interesse directo, pessoal e legítimo (artigo 8º da LADA). Importa, porém, realçar que, nos termos do nº 4 do citado artigo 7º, o acesso a documentos constantes de processos não concluídos ou a documentos preparatórios de uma decisão é diferido até à tomada da decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano sobre a sua elaboração.

2.4. E se é verdade que “o interesse dos jornalistas no acesso às fontes de informação é sempre considerado legítimo” (nº 2 do artigo 8º do EJ), nem por isso ele escapa à regra da formalização por escrito, constante do artigo 13º da LADA.

2.5. O dever de os órgãos da Administração Pública colaborarem com os particulares, designadamente, prestando-lhes as informações e os esclarecimentos de que careçam (cf. artigo 7º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 442/91, de 15 de Novembro, e alterado pelo Decreto-Lei nº 6/96, de 31 de Janeiro) supõe, neste caso, que o impulso inicial caiba, como é natural, ao particular e que este o faça por escrito.

3. Conclusão

Em razão do que antecede, conclui-se que:

- 3.1. O direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo é um direito geral, podendo, todavia, não se revelar como um direito de concretização imediata, mas sim de efectivação mediata ou diferida (artigo 7º, nºs 1 e 4 da LADA);
- 3.2. Mesmo sendo o interesse dos jornalistas no acesso às fontes de informação considerado legítimo pelo respectivo Estatuto (artigo 8º, nº 2), ele deverá ser formalizado através de solicitação por escrito, como dispõe o artigo 13º da LADA.

Lisboa, 9 de Setembro de 1999.

Castro Martins (Presidente) – *Silva Marques* – *Narana Coissoró* – *João Figueiredo* – *Vasco Almeida* – *Francisco de Brito* – *Renato Gonçalves* – *Branca Amaral* – *Amadeu Guerra*